

A *ESCREVIVENCIA* DE MARIA FIRMINA DOS REIS NO CONTO *A ESCRAVA*

Giselle Luz – gisellee.luzz@gmail.com

Doutoranda em Linguística Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista Capes.

RESUMO: Este trabalho consiste em uma proposta de análise do conto *A escrava*, da escritora Maria Firmina dos Reis ([1877]2004). Nosso objetivo é analisar como se dá a construção identitária da escrava Joana, a partir daquilo que a referida escritora vê e nos faz ver através da voz que atribuí a sua narradora. Para tanto, nos embasaremos nas discussões propostas por Bauman (2005), no que tange a temática da identidade; Hartog (1999) e Baggio (2009), a respeito da Retórica da alteridade; bem como Lobo (2006) e Muzart (1999), sobre a vida e as obras de Maria Firmina dos Reis. A partir das análises, foi possível compreender que a autora problematiza, em seu conto *A escrava*, o sistema escravocrata e machista vivenciado na sociedade brasileira em pleno século XIX. Para realizar tal movimento a escritora ousa dar lugar e voz para a escrava Joana que havia sido silenciada ao longo de toda sua vida.

PALAVRAS-CHAVE: Escritura feminina; Silenciamento; Identidade; Alteridade.

1 INTRODUÇÃO

O século XIX no Brasil é marcado pelo despontar da voz de uma mulher que certamente marcaria a narrativa das mulheres tanto de sua época quanto de gerações que viriam posteriormente: Maria Firmina dos Reis. Para refletirmos mais a fundo na vida e na obra de Maria Firmina dos Reis nos debruçaremos nos trabalhos de Lobo (2006) e Muzart (1999). Mulher, negra, pobre, Maria Firmina dos Reis sente em sua própria pele que no Brasil o preconceito tem sexo, raça e classe. Maria Firmina nasce em São Luís, Maranhão, em 11 de outubro de 1825. Ela perde sua mãe, Leonor Felipa dos Reis, ainda muito cedo e não conhece o pai, João Pedro Esteves. Diante de tais acontecimentos a escritora brasileira vivencia momentos de muitas dificuldades em sua vida, pois era muito pobre. Encontra em uma tia o apoio para essa fase difícil e vive com ela uma parte de sua vida. Juntamente com seus familiares, em 1839, muda-se para Vila de São José de Guimarães, no município de Viamão.

Maria Firmina encontra na escrita uma ferramenta para resistir e dar um novo sentido tanto para sua existência quanto para a existência de outras mulheres que vivenciavam desafios semelhantes aos seus no século XIX no Brasil. Para Maria Firmina escrever passa a ser uma forma de questionar os discursos que silenciavam a voz da mulher negra na sociedade brasileira, assim, por meio de sua escrita, ela “passa a existir” e faz com que outras mulheres “passem a existir também”.

Maria Firmina dos Reis foi poeta, romancista, compositora, folclorista e professora primária. Enxergava na educação o meio para se buscar as mudanças sociais e políticas que a sociedade tanto precisava, tendo isso em vista dedicou-se em fundar a primeira escola mista do país, com intuito de pensar para além do modelo tradicional de educação que reforçava o *status quo* sexista que atribuía ao homem a esfera do público, por meio de uma educação mais ampla, e à mulher a esfera do privado, por meio de uma educação mais voltada à preparação para o casamento.

Maria Firmina dos Reis foi a primeira professora concursada no estado do Maranhão, em 1847; regendo a cadeira de Primeiras Letras de 1847 a 1881. Tamanha dedicação confere-lhe a conquista do primeiro lugar em História da educação brasileira, valendo-lhe o título de Mestre Rêgia em Maçaricó, em 1880. Em seguida, a escritora passa a lecionar na escola primária local e adota por volta de dez filhos nas fazendas onde ensinava.

Dentre as temáticas abordadas por Maria Firmina encontra-se a temática da abolição. Tal temática é evocada em seu romance *A Úrsula*, considerado o primeiro romance escrito por uma mulher brasileira, bem como o primeiro romance abolicionista do Brasil, e no conto *A escrava*, no qual nos debruçaremos no presente trabalho, com o intuito de verificar de que maneira se dá a construção identitária da escrava Joana através da forma como a escritora vê e nos transmite tal visão por meio da voz de sua narradora no conto. Para tal estudo, nos apoiaremos no trabalho de Bauman (2005), Hartog (1999), Baggio (2009), Lobo (2006) e Muzart (1999).

Dessa maneira, propomos um estudo que se desenvolva em quatro momentos: primeiramente buscaremos apresentar uma contextualização sobre a conjuntura política vivenciada no país na época em que foi escrito o conto *A escrava*; em um segundo momento em que trataremos a justificativa teórica que serviu de base para nossas discussões; em seguida partiremos para a análise do conto e de seus desdobramentos; e, por fim, chegaremos em nossas considerações finais em que buscaremos ressaltar os resultados observados por meio de nossa análise.

2 O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

Tomando o ato de linguagem como um fenômeno social (CHARAUDEAU, 2005), buscaremos, a seguir, refletir sobre o cenário sócio-político, do século XIX, vivenciado pelos negros, trazidos como escravos para o Brasil, com o intuito de compreender mais a fundo a realidade vivenciada por Maria Firmina dos Reis no momento em que escrevia o conto *A escrava*. De acordo com Santos (2014) para entender a realidade da sociedade brasileira é necessário considerar o período do colonialismo e seus instrumentos usados para dominação: escravismo, racismo e a ideologia de embranquecimento. Tais instrumentos de dominação refletem na herança

perversa de um mito de uma democracia racial no país. Ao se negar a existência do racismo e ignorar as crueldades experienciadas pela população afrodescendente, responsabiliza-se a vítima por sua realidade social e econômica, inocentando os verdadeiros responsáveis, como bem ressalta Santos (2014).

Refletindo sobre o escravismo no Brasil Luna e Klein (2010) apontam que a chegada da colônia portuguesa ao Brasil depois de 1500 sinalizaria o início da economia escravagista de *plantation* nas Américas, que resultaria em desdobramentos nos quatro séculos seguintes na região. Luna e Klein (2010) ressaltam ainda que aproximadamente 1600 cativos indígenas foram substituídos, no contexto do século XVI, por africanos que trabalhariam nas regiões de grande lavoura, isto é, substituir-se-ia uma mão de obra escrava por outra.

Mediante a situação dos escravos negros no país vários movimentos de resistência importantes foram construídos – como o Quilombo dos Palmares (1630), Revolta dos Malês (1835), jornal “O homem de cor” de Paula Brito, que visava lutar pelos direitos dos negros – contudo, somente em 1850 que será promulgada a lei Eusébio de Queirós proibindo o tráfico de escravos no Brasil. Aqueles que eram escravos em solo brasileiro precisariam aguardar duas leis que não resolveriam definitivamente o problema – Lei do ventre livre (1871) e Lei do sexagenário (1885) – para em 1888 através da assinatura da Lei Áurea ter, por fim, decretada o fim da escravidão no Brasil. Ao ponderar sobre tal contexto Lobo (2007) afirma:

A data oficial da abolição tem sido crescentemente refutada pelos escritores afros da atualidade como pouco representativa de uma verdadeira libertação dos escravos, pois eles a associam à história dos vencedores, veiculada nas escolas, tendo como símbolo a figura paternalista da Princesa Isabel, que outorga, como pena dourada, a “liberdade” aos escravos. Tal postura leva ao esquecimento do aspecto da pressão social exercido pelas rebeliões de escravos, consistindo do fenômeno do quilombismo, e o importante papel de abolicionistas como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Luis Gama, Cruz e Souza, Joaquim Serra, Maria Firmina dos Reis, Castro Alves e outros. (LOBO 2007, p.339).

Atribuir uma data como o marco para o fim da escravidão no país, conferindo-lhe somente a tal data as razões para a proibição da escravidão no Brasil, seria como ignorar os esforços de tantas outras pessoas que se envolveram nessa luta e ainda desconsiderar a situação dos negros libertos que enfrentaram total falta de apoio tanto financeiro quanto psicológico face a uma nova realidade social que teriam que lidar em completo desamparo.

E será nesse cenário de desigualdades e incoerências que Maria Firmina dos Reis tecerá os fios de sua narrativa *A escrava*. Vida e escrita se entrelaçam, se entrecruzam formando sua

escrevivência¹: sua própria pele configura-se papel e tinta contando uma História de lutas e de resistências.

3 ENTRE A IDENTIDADE E A ALTERIDADE

Ao refletir sobre o processo de constituição identitária, Bauman (2005) apresenta que o sujeito passa a se questionar sobre sua identidade quando esta lhe é negada de alguma forma, assim, dá-se lugar a uma crise de pertencimento que levará o indivíduo a se esforçar por ultrapassar o espaço deixado entre o “deve” e o “é”. No caso das mulheres negras, por exemplo, sua identidade lhes foi negada quando foram retiradas a força de seu país de origem e colocadas em um país completamente desconhecido, sendo-lhes negado poder falar sua língua, alimentar-se de sua comida típica, vestir-se como habitualmente, deixando de efetivamente “ser quem eram” para tornar-se “quem deveriam ser”, ou melhor dizendo “aquilo que deveriam ser”, tendo em vista que foram reduzidos de seu papel de sujeito para objetos escravizados em prol de interesses financeiros.

Considerando-se que o processo de concepção identitária dá-se em face da interação com “um outro”, que nos confirmará ou negará nossa identidade, torna-se necessário refletirmos sobre o conceito da alteridade, tendo em vista que a identidade e alteridade constituirão um par que estará regularmente inter-relacionado, como bem pontua Baggio (2009). Enquanto sujeitos sociais, políticos e históricos vivemos em relação com outras pessoas que nos possibilitarão constituir nossa existência e lugar não apenas através das semelhanças, mas também das diferenças. Baggio (2009) ressalta que “Vale lembrar que, conforme sustenta a psicologia, sem o reconhecimento do *outro* é impossível a construção do sujeito como ser humano. O *eu* se constrói na *presença* (mesmo que ausente) em relação ao *outro*” (BAGGIO, p.33). Dessa forma, depreendemos que o *eu* se constrói em colaboração com o *outro*, em com o qual se tornaria inconcebível pensar na constituição de uma identidade, já que seria justamente por meio do olhar do outro que seríamos (re) significados.

Com o intuito de relacionar tais discussões sobre identidade e alteridade com o processo de construção narrativa cabe-nos propor um diálogo com o conceito de Retórica da alteridade, apresentado por Hartog (1999), que nos possibilitará compreender mais profundamente a relação entre narrador e destinatário, segundo Hartog (1999):

Se a narrativa se desenvolve justamente entre o narrador e um destinatário implicitamente presente no próprio texto, a questão é então perceber como ela “traduz” o outro e como faz com que o destinatário creia no outro que ela constrói. Em outros termos, tratar-se-á de descobrir uma retórica da alteridade

¹ Tal expressão refere-se à inter-relação entre vivência e escrita, tendo sido cunhada pela escritora Conceição Evaristo.

em ação no texto, de capturar algumas de suas figuras e de desmontar alguns de seus procedimentos – em resumo, de reunir as regras através das quais se opera a fabricação do outro (HARTOG, 1999, p.228).

Observar como se estabelece a construção do outro dentro da narrativa, isto é, como este outro é “traduzido” para que seu destinatário considere-o crível, eis um dos desafios abraçados pelos escritores: lidar com uma retórica da alteridade.

E qual seria em si a finalidade dessa Retórica da alteridade? Segundo Hartog (1999) “Uma retórica da alteridade é, no fundo, uma operação de tradução: visa a transportar o outro ao mesmo (*tradere*) – constituindo portanto uma espécie de *transportador da diferença*” (HARTOG, 1999, p.251-252). Assim, compreendemos que o objetivo de tal procedimento é o de aproximar o narrador de seu destinatário na busca por construir uma ponte que possibilite transpor possíveis diferenças e aproximá-los.

Após esse breve sobrevoo sobre os conceitos de identidade e alteridade, a seguir nos debruçaremos sobre o conto *A escrava*, de Maria Firmina dos Reis ([1877] 2004) com o objetivo de observar como se dá a construção identitária da escrava Joana a partir do que Maria Firmina vê e nos faz ver através da voz que atribuí a sua narradora.

4 ANÁLISE

4.1 CORTINAS FECHADAS

A constituição do espaço cenográfico do conto *A escrava* apresenta o salão da casa de uma senhora frequentada por “pessoas distintas”, para usar aqui as palavras da própria narradora, da sociedade brasileira do século XIX. Dentre os personagens que aparecem no conto, para o presente trabalho gostaríamos de ressaltar a escrava Joana e seus três filhos Carlos, Gabriel e Urbano, os pais de Joana, a dona da casa, de onde se terá início a história, o algoz de Joana, e, por fim, o Senhor Tavares.

No conto, a autora Maria Firmina dá lugar e voz para uma mulher narrar e, conseqüentemente, ser narrada, contudo não seria qualquer mulher. Tratava-se de uma senhora que pertencia a elite brasileira do século XIX que em face dos direitos e oportunidades que tivera acesso ao longo de sua vida passa a refletir sobre a situação dos negros escravizados que não haviam tido acesso aos mesmos direitos e oportunidades, questionando-se por qual razão tal sistema escravista ainda existia no Brasil “- Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos sinceramente abolicionista; faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no

presente século, no século XIX!” (REIS, p.241). Nota-se tratar-se de uma senhora abolicionista que visa levar as pessoas que estavam ao redor repensar a questão da escravidão no Brasil.

Tal senhora abolicionista se identificava tanto com a causa dos negros e ansiava por lutar por uma sociedade mais igualitária que se tornou membra da sociedade abolicionista da província de onde morava e do Rio de Janeiro. Observamos, assim, que ao Maria Firmina dar voz a tal senhora situando-a no espaço privilegiado em que ocupava, e defendendo as pautas sociais que defendia faz uso da estratégia de legitimação, com o intuito de responder ao seu leitor do século XIX, fosse ele rico, pobre, branco, negro, quem era aquela mulher e o porquê mereceria ser escutada. Segundo Charaudeau (2008):

Em análise do discurso, a noção de legitimação pode ser usada para significar que o sujeito falante entra em um processo de discurso, que deve conduzir a que reconheça a que tem direito à palavra e legitimidade para dizer o que diz. [...] As estratégias de legitimação visam a determinar a posição de autoridade que permite ao sujeito tomar a palavra. Essa posição de autoridade pode ser o resultado de um processo que passa por dois tipos de construção: (a) a de autoridade institucional, que é fundada pelo estatuto do sujeito, que lhe confere autoridade de saber (perito, erudito, especialista), ou de poder de decisão (responsável por uma organização); (b) a de autoridade pessoal, que é fundada na atividade de persuasão e de sedução do sujeito que lhe dá uma autoridade de fato, que pode, além disso, sobrepor-se à precedente. (CHARAUDEAU, 2008, p. 295)

A fala da senhora abolicionista é legitimada tanto por meio de sua autoridade pessoal, através do que ela é de fato, as ideias que defende, sua postura humana face aos oprimidos, quanto por meio de sua autoridade institucional devido ao fato de pertencer a sociedade abolicionista da província de onde morava e do Rio de Janeiro. Cabe ainda lembrar que o conto foi difundido no século XIX, um cenário fortemente perpassado por imaginários machistas, racistas, marginalizadores e opressores para todas mulheres que ousassem posicionar-se na esfera pública, neste ponto depreendemos o engajamento da escrita de Maria Firmina dos Reis que ousou dar voz a pessoas e temáticas silenciadas.

Dentre os argumentos que eram apresentados para justificar a escravidão estava a questão da demanda da mão de obra nas lavouras cafeeiras, nas plantações de cana-de-açúcar, nas minas de ouro, por exemplo. A senhora abolicionista busca refutar tais argumentos ao afirmar:

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente ativa e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na frente de todos nós. Embalde procurará

um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo...” (REIS, [1877]2004, p.242).

A narradora parte do princípio de que apenas alguém livre e remunerado encontrará motivações para desenvolver seu trabalho da melhor maneira possível, do contrário o que oferecerá será o seu mínimo, em face das condições precárias de subsistência que lhe foram concedidas. Dessa maneira, a narradora problematiza a forma de trabalho escravista e apresenta-a como uma vergonha para o país diante das outras nações livres.

As falas da narradora nos possibilitam observar para além das personagens que ela descreve, permiti-nos conhecer mais sobre ela mesma, sua forma de ver o mundo, seus ideais e as pautas que reivindica. A esse respeito Baggio (2009) afirma “[...] as visões sobre o outro informam mais sobre aqueles que enunciam os julgamentos do que sobre aqueles que são julgados. E a afirmação da identidade deve se pautar pela recusa da semelhança e pelo realce da diferença” (BAGGIO, 2009, p. 33). Assim, observamos que quando enunciamos não estamos apenas a apresentar ao outro, mas estamos acima de tudo a nos posicionar e nos situar enquanto sujeitos e atores sociais.

Tais visões entrelaçadas de mundo do narrador e daquele que é narrado se dará no conto *A escrava* através de uma Retórica da alteridade que buscará transpor as possíveis distâncias entre o narrador e seu destinatário, com o intuito de aproximá-los. Para compreendermos como se realizará na construção narrativa tal movimento de aproximação é importante que sejam observadas as marcas de enunciação no texto, de acordo com Hartog (1999):

A leitura deve, pois, atentar para todas as marcas de enunciação que apresentam essas figuras e que, para o destinatário, as carregam finalmente com um peso específico de persuasão. Nas *Histórias*, tudo se passa, antes de tudo, entre estas quatro marcas ou estas quatro operações: *eu vi*, *eu ouvi* – mas também *eu digo*, *eu escrevo*. (HARTOG, 1999, p. 228)

No conto observamos que a senhora abolicionista faz uso de duas operações ressaltadas por Hartog (1999): *eu vi*, *eu digo*. No meio do salão de sua casa, após apresentar seu posicionamento claramente contra a escravidão, a senhora passa a relatar para as pessoas presentes na sala uma cena que havia visto, a qual a marcara profundamente. Tal cena será evocada para respaldar seu posicionamento abolicionista.

4.2 ABREM-SE AS CORTINAS ...

Afinal o que senhora vê e passa a narrar? Ela vê uma mulher, chamada Joana, sendo escravizada e tendo sua existência sendo reduzida a *Zoé*, isto é, a *vida nua*, como apresenta Agamben

(2015), uma vida em “estado de exceção”, sem participação nos direitos sociais e na vida social como os demais; tal mulher escrava luta pela sua sobrevivência, tendo em vista o duplo processo de objetificação a que é submetida: mulher-negra.

Filha de mãe africana e pai de raça índia, como ressalta Joana, até certa idade ela foi livre, sua mãe escrava. Seu pai, não querendo que Joana sofresse como a mãe tinha sofrido, trabalhou o máximo que pode para conseguir fazer o resgate da filha. Quando finalmente consegue juntar o valor entrega-o ao senhor explicando que seria para o resgate de sua filha. O senhor responde que assim que fosse a cidade traria a carta de Joana. Quando retorna traz um papel com algumas coisas escritas, no entanto como ninguém na casa sabia ler tomam como a carta de liberdade de Joana. Dois anos após esse ocorrido o pai de Joana vem a falecer e o senhor vai a mãe de Joana exigir que sua filha, com apenas 7 anos, fosse trabalhar, pois ele “não admitia escrava vadia”. Qual não foi o susto e desespero da mãe ao ouvir tal ordem, o senhor os havia enganado com um falso documento que alegara ser a carta de liberdade de Joana.

E assim inicia-se a vida de Joana, aos 5 anos vê a chance de construir uma história diferente de sua mãe, aos 7 anos vê-se escravizada. Joana cresce entre os trabalhos árduos e maus tratos, ela vê seus filhos Carlos e Urbano crescerem e quando completam 8 anos sofre com a angústia de vê-los vendidos para o Rio de Janeiro. Dor do engano, dor da desesperança, dor da separação. Tal processo de separação será tão violento para Joana que será por ela lembrado em diversos momentos da narrativa. Resta seu filho Gabriel, marcado por profundas cicatrizes de maus que sofrera durante seu período na fazenda juntamente com sua mãe Joana.

O processo de construção identitária de Joana se dá em dois momentos: em um primeiro momento, que apresentamos anteriormente, em que a própria escrava narra os fatos que aconteceram em sua vida e a conduziram até o lugar onde encontra a senhora abolicionista, após fugir da fazenda do senhor Tavares; e em segundo momento, que se dará ao longo da narrativa de forma entrelaçada com as memórias de Joana, em que teremos a descrição de como os outros a enxergam. A seguir, abordaremos um pouco desse segundo momento.

O capataz que perseguia Joana com o objetivo de levá-la de volta para a fazenda a descreve como uma “maldita negra”, uma “preguiçosa”, uma “douda”. Um discurso de aversão e desrespeito pode ser observado também por parte do senhor Tavares “[...] – esta negra era alguma coisa monomaníaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumiu a existência. Morreu, não lamento esta perda; já que para nada prestava” (REIS, [1877]2004, p.260-261). Observamos por tal fala do senhor Tavares a exaltação da importância atribuída à *vida nua* – Joana era tratada como um objeto (“alguma coisa monomaníaca”) que quando perdesse seu “prazo de validade”

perderia seu lugar na sociedade. Diante desses olhares marginalizadores, surge o olhar da senhora que se encarregou de esconder a escrava Joana e seu filho Gabriel que haviam fugido da fazenda:

De repente uns gritos lastimosos, uns soluços angustiados feriram-me os ouvidos, e uma mulher correndo, e em completo desalinho passou por diante de mim, e como uma sombra desapareceu.

[...] Ela espavorida, e trêmula, deu volta em torno de uma grande mouta de murta, e colando-se no chão nela se ocultou.

[...] Ela muda, e imóvel, ali quedou-se. (REIS, [1877]2004, p.243)

Notamos um olhar diferente do olhar lançado pelo capataz e pelo senhor Tavares, como se a narradora buscasse entender as dores e as razões para Joana estar naquela situação, um olhar de empatia que buscava aproximação e diálogo. Ao refletir sobre o olhar humanizado com que a voz da narradora apresenta a escrava, Duarte (2004) afirma que:

Essa solidariedade para o oprimido, também presente no conto “A escrava”, é absolutamente inovadora se comparada àquela existente em outros romances abolicionistas do século XIX, pois nasce de uma perspectiva outra, pela qual a escritora, imanada aos cativos e a seus descendentes, expressa, pela via da ficção, seu pertencimento a este universo de cultura (DUARTE, 2004, p.269).

Assim, notamos que senhora abolicionista seria na realidade o alter-ego da própria escritora Maria Firmina, através da qual questionaria as mazelas sociais e reivindicaria a igualdade dos direitos para os negros.

4.3 IMPOSSIBILIDADE DE VOLTAR A FECHAR AS CORTINAS

Após Joana poder relatar sua história para a senhora da casa e lhe pedir que ela apadrinhasse seu filho Gabriel, falece. A senhora cumpre sua promessa e consegue juntamente com a sociedade abolicionista, que fazia parte, uma carta que libertava Gabriel, e foi justamente esta carta que ela mostrou quando o senhor Tavares veio a sua casa exigir levar o jovem Gabriel consigo, pelo que a senhora lhe responde “Em conclusão, apresento-lhe um cadáver e um homem livre. Gabriel ergue a fronte, Gabriel és livre!” (REIS, [1877]2004, p. 262). Tem-se, então, a passagem daquele que é objetificado rumo a uma construção identitária de um sujeito, mesmo que os resultados pudessem ser vistos apenas pela descendência de Joana. Ela havia deixado um legado, assim como Maria Firmina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nosso artigo, tivemos como objetivo nos debruçarmos sobre o conto *A escrava* de Maria Firmina dos Reis ([1877]2004) com a finalidade de refletir sobre a construção identitária da escrava Joana. Pudemos observar que o conto atinge seu ápice quando descobrimos que o pai de Joana foi enganado e que tinha trabalhado em vão pela liberdade de sua filha. Assim, aos 7 anos de idade, após a morte de seu pai, Joana vê-se sendo privada de sua liberdade, vê sua identidade sendo negada. No entanto, tal compreensão sobre essa perda viria apenas quando Joana fosse adulta e estivesse à beira da morte.

Notamos que a escritora Maria Firmina, através de seu alter-ego a senhora abolicionista, busca levar seus leitores a refletir sobre a condição vivenciada pelos escravos no Brasil, para tanto evoca o lugar da humanidade e da fraternidade com o intuito de aproximar seus leitores da causa dos escravos e de seus sofrimentos. A escritora utiliza-se do recurso de escrever uma narrativa dentro de outra narrativa – a partir da sala da casa em que a senhora estava ela evoca a história da escrava Joana – com o objetivo de obter maior grau de verossimilhança psicológica aproximando o leitor e o narrador da história através de um pacto estabelecido entre eles de credibilidade, como bem pontua Barthes (1992).

Em diálogo com o que discutimos ao longo do artigo sobre a Retórica da alteridade, observamos que Maria Firmina dos Reis é aquela que viu e viveu na própria pele as consequências da escravidão da sociedade brasileira do século XIX, diante disso ela escreve com o intuito de questionar tal realidade em que estava inserida. A escrevivência de Maria Firmina revela uma escrita perpassada por sua vida, uma escrita tomada como uma forma de resistência.

6 REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Meios sem fim: notas sobre política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2015.

BAGGIO, Kátia Gerab. Identidade: a representação do *outro* e as narrativas de viagem nas reflexões de François Hartog. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio & GARCIA, Tânia da Costa (Orgs.). **Cadernos de seminários de pesquisa: cultura e política nas Américas**. Volume I. Assis-SP:FCL-Assis-Unesp Publicações, 2009, v.1. p.32-43.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005 [2004].

BARTHES, Roland. **S/Z: uma análise da novela da novela Sarrasine de Honore de Balzac**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DUARTE, Eduardo de Assis. Posfácio: Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: REIS, Maria Firmina. **Úrsula; A escrava**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999 [1980].

LOBO, Luisa. **Auto-retrato de uma pioneira abolicionista**. In: LOBO, Luiza. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

REIS, Maria Firmina dos. A escrava. In: **Úrsula; A escrava**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: Puc Minas, 2004.

SANTOS, Miriam Rosa dos. **Histórias de reencontro: ancestralidade, pertencimento e enraizamento na descoberta de ser negra**, 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Title

The escrituragem of Maria Firmina dos Reis in the short history The Slave.

Abstract

This work consists of a proposal of analysis of the short story *The slave*, by the writer Maria Firmina dos Reis ([1877] 2004). Our objective is to analyze how the construction of the slave Joana, from what the said writer sees and makes us see through the voice that I attributed to his narrator. To do so, we will base ourselves on the discussions proposed by Bauman (2005), regarding the thematic of identity; Hartog (1999) and Baggio (2009), on the Rhetoric of otherness; as well as Lobo (2006) and Muzart (1999), on the life and works of Maria Firmina dos Reis. From the analysis, it was possible to understand that the author problematizes, in his short story *The slave*, the slave and chauvinist system experienced in Brazilian society in the XIX century. To carry out such a movement, the writer dares to give place and voice to the slave girl, Joana, who had been silenced throughout her life.

Keywords

Female writing; Silencing; Identity; Otherness.

Recebido em: 28/02/2018.

Aceito em: 24/04/2018.